

OUTRO DURKHEIM

José Benevides QUEIROZ¹

O texto “La Politique de Demain”, o último que Émile Durkheim publicou em vida, foi escrito em 1916 e publicado em abril de 1917 no jornal *La Dépêche de Toulouse*, periódico que era porta-voz do pensamento republicano radical, sete meses antes de seu falecimento. Com ele, o sociólogo francês fechava sua virtuosa produção intelectual de modo coerente; a última reflexão reafirmou um dos seus pontos de partida. Em Durkheim, mesmo reconhecendo que com a economia clássica já se havia tentado produzir um conhecimento científico sobre a sociedade, a sociologia foi erigida como um contradiscurso à visão dos economistas, principalmente dos liberais (VATIN, 2005). Já em 1888, ele alertava que os economistas clássicos erraram ao centrarem o seu discurso em torno do indivíduo, por terem concebido a sociedade como “um agregado mecânico de indivíduos justapostos”, e ao tratarem a economia como uma realidade independente da vida social, não sendo aceitável subordiná-la a qualquer instância reguladora (DURKHEIM, 1987, p.84 e p.87).

Quase 30 anos depois, a reafirmação dessa posição relacionava-se com a visão que Durkheim tinha e que defendia sobre o socialismo. Este, para o sociólogo francês, era de natureza reformista, cujas metas a serem alcançadas muito se assemelhavam com aquelas que seriam reivindicadas pela social-democracia europeia pós-1945. Para isto, ele defendia que havia uma forte urgência de “renovar suas fórmulas” e reconduzi-lo “a seus princípios, à sua essência, à suas tradições francesas” (DURKHEIM, 1975, p.478; 1998, p.492 e p.543). Na sua avaliação, feita para o jornalista que lhe encomendou o texto abaixo, Arthur Huc, o futuro do Partido Republicano dependia de sua abertura ao socialismo (DURKHEIM, 1998, p.518).

¹ UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Sociologia e Antropologia. São Luis – MA – Brasil. 65085-580 – malevides@yahoo.com.br

Assim, o texto “La Politique de Demain”, bem como o local onde ele apareceu, revela aspectos do autor que são quase desconhecidos das ciências sociais brasileiras. Nele verificamos um autor nem um pouco conservador, defensor do *status quo*, infenso à ideia de mudança social, visões recorrentes entre nós. Por outro lado, apesar dele ter rejeitado contribuir regulamentemente com *La Dépêche de Toulouse*, mostra um intelectual pouco preocupado em manter-se acima de questões candentes de sua época. Ou seja, como também defende Pierre Bourdieu, Durkheim não confundia objetividade científica com neutralidade axiológica (BOURDIEU, 2001, p.8-9).

X X X

O formato do texto de Émile Durkheim decorre do fato de ter sido escrito para um jornal; é por isso que o mesmo é precedido e sucedido de comentários do editor. Além deste aspecto, deve-se levar em conta que o texto tentava responder a seguinte questão: “É possível supor que a questão econômica [após a guerra] deverá ser colocada no primeiro plano dos programas partidários?” Como alguns intelectuais, ele recusou responder a primeira questão, que era: “É possível prever que, após a guerra, ocorrerá uma profunda mudança na orientação da política?” (MERGY, 1999, p.2).

Referências

BOURDIEU, P. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DURKHEIM, E. *La Science Sociale et L'Action*. 2. édition. Paris: PUF, 1987.

_____. *Lettres à Marcel Mauss*. Paris: PUF, 1998.

_____. *Textes (2. Religion, Morale, Anomie)*. Paris: Les Editions Minituit, 1975.

MERGY, J. “La politique de demain”: un texte inconnu d'Émile Durkheim. *Durkheimian Studies*, v.5, 1999.

VATIN, F. *Trois essais sur la genèse de la pensée sociologique*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

A POLÍTICA DE AMANHÃ

Émile Durkheim

A atividade econômica deve ser organizada, afirma o eminente sociólogo Émile Durkheim.

André Gayot: *Vimos que Henry Lémery, deputado da Martinica, defende o ponto de vista de que é necessário, doravante, sonhar em organizar a produção e a prosperidade nacionais. Como poderá ser posta a questão desta organização tão delicada que é a atividade econômica?*

*Emile Durkheim vai nos dizer. Ele é um dos espíritos mais esclarecidos deste tempo relativo às questões sociais. Uma de suas obras, **Da divisão do trabalho social**, tem sido, desde sua publicação, muito apreciada. Seus numerosos estudos, notadamente aqueles que se encontram no *L'Année Sociologique*, o colocam em primeiro lugar dentre os que longa e pacientemente observam os problemas econômicos, meditam sobre eles e cuja a maior parte das teorias encontra-se, hoje, verificada pelas lições da experiência. Eis, aqui, o que nos deseja declarar Emile Durkheim que, como alguns de nossos interlocutores, deixa de lado a orientação política propriamente dita para se dedicar somente à segunda parte de nosso questionário.*

E. Durkheim: *É muito difícil diagnosticar em que estado de espírito encontrar-se-á a França após a guerra e, por conseguinte, qual será, nesse momento, a orientação da nossa política.*

Contudo, se fizermos abstração das tentativas inevitáveis e em sentido contrário que se produzirão nesse período crítico, se nos limitarmos à determinar as linhas mais gerais do que parece dever ser nossa evolução política e social, eis o que aparece como mais verossímil:

Vocês me perguntam se as questões econômicas não estarão em primeiro plano nos programas adotados pelos diferentes partidos políticos.

É certo que a França terá tal necessidade de se refazer materialmente que é previsível que haverá uma estimulação

geral e intensa da vida industrial e comercial. Espera-se mesmo que as iniciativas, muito frequentemente fracas, como as demonstradas às vésperas da guerra, enfim sairão do estado de semi-sonolência na qual se compraziam e serão solicitadas, pelas próprias circunstâncias, a entrar em ação e a realizar plenamente seus esforços.

Tornamos-nos, cada vez mais, um povo de pequenos produtores e de pequenos comerciantes, que colocou toda sua ambição no asseguramento de uma existência medíocre, sem risco, mas também sem glória. Uma grande nação, e que tomou consciência de sua grandeza, deve ter o gosto pelas grandes coisas e este gosto deve distinguir-se em todas suas empresas. Mas não bastará intensificar as forças econômicas: além disso, e antes de tudo, será necessário “organizá-las”. O problema de sua “organização”, no que se refere à sua importância, terá a primazia sobre todos os outros.

Além do que, esse é um problema que não surgiu ontem. Foi a Revolução Francesa que o explicitou, dominando o mesmo toda a história do século XIX.

Sob o antigo regime havia uma organização econômica perfeitamente definida, que estava em harmonia com o estado no qual se encontravam então o comércio e a indústria; era o sistema das corporações de ofício. Naquele momento, os empreendimentos econômicos eram essencialmente urbanos: urbano era o mercado e as corporações de ofício tinham a mesma característica. Era uma organização local, que respondia às necessidades locais, tanto que ela não procurava se estender violentamente às formas econômicas para as quais não era feita; ela preenchia muito convenientemente as funções que eram sua razão de ser.

Mas quando a economia cessou de ser puramente urbana, quando a economia nacional e mundial se constituiu, ela não pode se acomodar aos quadros caducos e exíguos que existiam. As vastas empresas que se criaram desde o século XVI e, sobretudo, desde o século XVII, não puderam ser sujeitadas a uma regulamentação e a uma organização que tinham sido feitas para um mercado restrito e limitado. Uma corporação urbana não podia regular indústrias que não estavam limitadas nem a uma cidade, nem mesmo a uma região, mas que procuravam expandir-se pelo mundo inteiro. Desde então, a partir do momento em

que se iniciou a era das grandes manufaturas, o velho sistema corporativo sobreviveu somente pela tradição do hábito.

Indo mais longe.

Porque a antiga organização não convinha à nova indústria, se concluiu que esta rejeitava, em princípio, a toda espécie de organização; que ela era refratária a toda espécie de acordo premeditada; que nela as espontaneidades individuais deviam agir com toda liberdade, sem serem obrigadas a conformar suas ações às regras preestabelecidas. Esta foi, como se sabe, a tese fundamental dos economistas clássicos.

Porém, desde o início do século XIX, essa tese foi fortemente combatida. Grandes pensadores deram-se conta que a vida econômica não podia, neste ponto, contradizer as condições fundamentais de toda vida, que ela não podia ser feita de movimentos anárquicos e discordantes, de onde a ordem e a harmonia nasceriam por milagre, mas que ela supunha “uma organização”.

Este é o princípio que Saint-Simon e seus discípulos contribuíram mais do que ninguém para o seu esclarecimento. Esta é a mesma ideia que está na base de todas as doutrinas socialistas. Por mais diversas que sejam as fórmulas nas quais elas ensinaram se exprimir, todas estão de acordo sobre esta verdade fundamental: a atividade econômica é coisa eminentemente social, ela visa fins sociais, interesses sociais, e que, conseqüentemente, ela tem a necessidade de ser “socialmente organizada”.

Quanto mais se avança na história do século XIX, verifica-se que mais essa questão ganha importância. Bem antes da guerra, ela tornava-se mais e mais o centro de gravidade de nossa vida política. Todas as controvérsias que apaixonavam nossos pais – unicidade ou dualidade das Câmaras, relações entre o executivo e o legislativo, imposto sobre a renda, relações entre a Igreja e o Estado – se curvaram diante desse problema fundamental que tendia cada vez mais a dominar e a englobar todos os outros.

É com esta questão que nos depararemos após a guerra. Mas nós a reencontraremos mais aguda, mais urgente do que nunca. Mas, sobretudo, nós a abordaremos com mais experiência, algo que não tínhamos até o presente e que nos levará mais rapidamente a sua solução.

Pois um dos resultados desta guerra, sem análogo na história, será o de avivar o sentido social, de torná-lo mais ativo, de habituar os cidadãos a coligarem ao máximo seus esforços,

de subordinarem seus interesses aos interesses da sociedade, e isto tanto na ordem econômica como nas outras formas de atividade humana. Quanto às teorias clássicas sobre a ação do Estado e dos indivíduos respectivamente, pouco peso terão em face das decisivas experiências das quais somos todos os dias testemunhas e atores!

Não somente na França, mas na Inglaterra, isto é, no país que até o presente era reconhecido como a terra da predileção do individualismo, nós vemos hoje milhares de fábricas, ontem independentes, submetidas ao controle do Estado. Ferrovias, companhias de navegação, minas, etc., tornaram-se verdadeiros serviços públicos. Os particulares são obrigados a dividirem com o Estado seus lucros mais legítimos, pelo menos aqueles que se passavam como tal antes da guerra, e todo mundo acha essa divisão natural. O próprio consumo está submetido a mais severa regulamentação. O capricho individual não pode mais dar para si plena liberdade.

Sem dúvida, pode-se pensar que essas ingerências do Estado não se manterão tais quais no estado de paz. Porém, não é menos vão imaginar que dos hábitos aprendidos, dos sentimentos aprovados, não restarão senão vagas lembranças, que, pouco a pouco, desaparecerão da memória.

Sob o impacto dos acontecimentos, nós adquirimos uma visão das coisas sociais que não será mais fácil dela nos desprender. Enquanto que, até recentemente, só o sociólogo tinha a sensação dessa realidade e de sua eficácia, hoje todo mundo sente até que ponto as coisas sociais são vivas e ativas e qual lugar elas ocupam em nossas consciências. Os sacrifícios cotidianos que nós fazemos por elas são o forte testemunho do império que elas têm sobre nossas vontades. O velho antagonismo, que se admitia outrora, entre o Estado e o indivíduo, sobretudo no interior da ordem industrial, doravante não será mais que uma concepção arcaica. E, assim, cai a objeção tradicional que se opunha a toda organização social da vida econômica.

Eis porque devemos esperar que esse problema retenha a atenção dos povos e dos homens de Estado. Ele não é um produto passageiro e mais ou menos acidental da guerra; esta o amadureceu, depois de um longo tempo em que ele foi posto pela história. Ou seja, não foi a guerra que o suscitou, ela apenas o colocou na ribalta.

Quanto ao aspecto de saber o que será esta organização, a qual as sociedades europeias aspiram desde muito tempo, e, ao contrário, em que medida ela terá uma característica internacional, isto não saberíamos expor aqui. Não é chegado o momento de procurar adivinhar a solução que é chamada a triunfar. É-nos suficiente ter indicado como se punha a questão e por que ela parece dever dominar todas as outras.

André Gayot: *Esta consulta contém direcionamentos que serão salutareos; o problema que se impõe aos nossos espíritos é, aqui, examinado em sua amplitude. Isto nos permite dizer com humildade que o sentido do social, que de certo modo não pertenciam senão a certa categoria de espíritos, vai ser avivado pela guerra. É uma tragédia, uma terrível lição das coisas. Émile Durkheim prevê uma coalizão de esforços em vista da prosperidade nacional, a subordinação dos interesses individuais aos interesses da sociedade e, para certas questões primordiais, os direitos do Estado.*

Assim, a guerra amadurecerá diversos problemas que, apesar da obra de devastação, de assassinio e de destruição, ressaltarão novamente a atividade e o valor humanos.

Tradução de José Benevides Queiroz

